Destacado como uma das principais iniciativas do programa governamental do governo Dilma para a área educacional e com o sentido de uma possível universalização do acesso a troca de experiências internacionais e conseqüentes parcerias institucionais, o “Programa Ciência Sem Fronteiras” tem o mérito de levantar a questão da internacionalização do ensino em um país que deseja ser firmar no cenário internacional. Com previsão para a utilização de até 75 mil bolsas de estudos em vários países e sendo fruto da proposta conjunta entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Educação (MEC), com a participação de suas instituição de fomento (Capes e CNPq), o programa (ou seja, de ações que visam uma permanência de ações com vários projetos incorporados) tem como proposta colocar a inovação, ciência e tecnologia do país em termos de aumento de mobilidade e excelência.

Isto deverá ser feito tanto através de estágios em instituições internacionais consistentes, como também pela atratividade e vinda de pesquisadores de várias partes do mundo. E com suas 06 modalidades de bolsas externas (graduação, tecnólogo, treinamento no exterior, doutorado sanduíche, doutorado pleno, pós-doutorado) e 03 internas (“*Atração de Cientistas para o Brasil*”; “*Pesquisador Visitante Especial*”, “*Bolsa Jovens Talentos*”), a meta referida se mostra ambiciosa e deve, ao mesmo tempo que louvada, ser analisada dentro de um contexto social, político e de ação de Estado.

Isto porquê as 18 áreas determinadas como prioritárias, inicialmente, se mostram aquelas vinculadas estritamente ao complexo das ciências exatas e biológicas, assim como as de tecnologia. Por certo são áreas que se demonstraram carentes de investimentos nos últimos anos no país e que necessitam de um programa conjunto de ações para sua estruturação. Por outro lado, o perfil acadêmico brasileiro tem grande histórico e relação de formação, inclusive de nível internacional, para as áreas de ciências humanas, ciências sociais aplicadas (o curso de Administração, por exemplo, tem em torno de 155 mil novos graduados a cada ano, e o de Direito, em redor de 87 mil novos bacharéis anualmente).

Mesmo que vistos sob o ângulo restrito de que ciência e tecnologia hoje representam um dos alicerces das grandes economias mundiais (EUA, Inglaterra) e no estabelecimento de performances de alto nível industrial e de valor agregado (Holanda, Japão), o Brasil pode e deve prever as ações do programa referido dentro de uma lógica de ação integrada. A causa para tal afirmativa poderia estar menos calcada na importância do aumento e consolidação de nossos parques industriais do que na possibilidade de que tal programa acirre o distanciamento entre as áreas de conhecimento, o que, inclusive, já aconteceu em alguns países (Rússia, África do Sul).

A conseqüência de tal processo foi que o campo científico se demonstrou fragmentado e os investimentos futuros nas políticas públicas privilegiaram setores que foram considerados estratégicos em comparação a outros, com aumento gradativo da incompatibilidade de interesses conjuntos para a gestão do Estado, por exemplo. Desta maneira, ainda que seja uma perspectiva de aumento da competitividade brasileira em um cenário de grande complexidade mundial, o Programa Ciência Sem Fronteiras também deverá estar atento, posteriormente, a incorporar o máximo de áreas possíveis a serem utilizadas em um planejamento conjunto sobre ciência e tecnologia. A partir de tal medida, a possibilidade de que a inovação (tecnológica, social, ambiental e, principalmente, institucional) realmente ocorra passa a ser, então, mais do que uma possibilidade, uma realidade possível de ser estabelecida. A proposta está feita, a promessa de integração, a ser cumprida.